

Projeto São Francisco Vivo

Terra e Água, Rio e Povo!

15 de maio de 2006 - **Informe extraordinário** sobre o III Seminário do Cerrado

Povos do Cerrado buscam alternativas para conter avanço da degradação

Foto: João Zinclar



Correntina – Existe uma caixa d'água brasileira, onde nascem 70% das águas e rios como o São Francisco, Araguaia, Tocantins e Prata. O nome desse bioma é Cerrado. Entretanto é também área de enfrentamento entre o agro-negócio e a sobrevivência de populações tradicionais. Experiências nesse sentido foram trocadas durante o Terceiro Seminário do Cerrado.

“A proposta dos pequenos agricultores e povos tradicionais do Cerrado é contrapor o projeto agrícola que aí está. Temos que ter uma alternativa ao modelo”, assim teve início a palestra sobre agro-extrativismo de Braulino Caetano, micro-agricultor extrativista, defensor do Cerrado desde 1979, sócio-fundador e coordenador geral do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA.

O cerrado é como uma esponja que serve para armazenar água. A retirada descontrolada de plantas provoca a erosão, criando as moçorocas e entupindo as nascentes, além de assorear todos os leitos dos rios. Ele disse ainda que “só no norte de Minas, mais de 500 afluentes da bacia do Velho Chico e Jequitinhonha já não existem”.

A partir da parceria entre a Rede Cerrado e o Ministério do Meio Ambiente foi criado o Conselho Nacional do Cerrado - CONACER, com a participação da sociedade civil, Poder Público e outros ministérios. Uma das reivindicações é que o Cerrado se torne um patrimônio da humanidade e seja reconhecido juridicamente como floresta nacional. Segundo Braulino, o norte de Minas está sendo ocupado por um milhão de hectares de eucalipto, sendo 80% em terras públicas.

A preocupação de todos é com o restante da área que ainda não foi derrubada ou queimada. Foram desenvolvidos projetos, mas estes não consideraram o conhecimento das pessoas do lugar, de modo que pelo menos a metade da biodiversidade foi perdida. “A monocultura entra e mata o cerrado, e vai expulsando o seu povo para os grandes centros”, afirmou Braulino.

Há ainda a preocupação com a violência e as carvoeiras. “Não é verdade que não tem mais jeito, sou otimista, se não morrer na guerra morro de fome. Todo ano tem que abrir uma área, porque não trata da área que já abriu. Está faltando em nós agricultores e na sociedade civil é luta, é não começar a rachar, a luta é uma só para defender a vida, o ecossistema”, disse.

Durante o Seminário, as Místicas, expressão marcante da CPT, foram organizadas com esquetes teatrais pela Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP).



- Nesta edição:**
- Alternativas para conter degradação;
 - Expansão do agronegócio no oeste baiano;
 - Poder Público e a ocupação e defesa do Cerrado;
 - Troca de experiências e ações conjuntas;
 - Carta de Correntina

Expansão do agronegócio no oeste baiano

A Bahia possui áreas de caatinga, mata atlântica e cerrado, faz divisa com Piauí, Goiás e Minas Gerais. São 8,1 milhões de hectares de cerrado, mais 08 milhões de área de transição, vegetação característica, solos de baixa fertilidade, arenosos, com alumínio. As chuvas caem de outubro a março, com períodos de seca de abril a setembro.

Segundo informações de Edite Lopes (Agência 10envolvimento) e Iremar Barbosa (Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB), a evolução da área cultivada entre 2000 e 2005, aumentou em 23% no Brasil, sendo que na Bahia o aumento foi de 47%. Aumentou também a relação de troca para comprar agroquímico e tratores.

O modelo de exploração tem provocado o rebaixamento do lençol freático; não se paga a água para os pivôs centrais, um pivô central ocupa cerca de 100 ha - o pivô e um sistema atrasado que desperdiça.

Além disso, não houve estudo de impacto ambiental para a construção da ponte sobre o rio de Janeiro, porque considera-se que a obra é pequena, obra dentro de uma Área de Proteção Ambiental; o carvão vegetal do Cerrado é rico em sílice, utilizado para o ferro gusa, é explorado de forma desordenada, o preço faz dele um produto lucrativo; existe o projeto de plantar 150.000 ha de eucalipto no oeste baiano;

No que diz respeito às pessoas a situação também é grave: a mão de obra especializada é do sul e sudeste e a não especializada de outras regiões da Bahia e estados do nordeste - este ano mais de 500 trabalhadores e trabalhadoras já foram resgatados da escravidão; as comunidades estão espremidas.

Segundo dados apresentados, a Coordenadoria de Desenvolvimento Agrário (CDA) é o órgão responsável pelas terras devolutas.

Poder público: ocupação e defesa do Cerrado

Segundo Manoel Rocha de Oliveira (IBAMA de Bom Jesus da Lapa), o Cerrado é um bioma diferenciado, mas tem um tratamento igual a floresta estacionária, que tem uma capacidade de recuperação maior que o cerrado.

“O parque Sertão Veredas, hoje tem uma área de 231.000 ha, Entre Bahia e Minas”. Disse ainda que os parques nacionais na Bahia contam 207.000 ha, entre caatinga e mata atlântica. No cerrado são 306.000 ha.

Estela Atanásio, promotora de justiça de Correntina, afirma que a instituição tem evoluído, promotores trabalham com metas, não podendo se esconder atrás de desculpas. Segundo a promotora, os Ministérios Público (MP) estadual e federal pediram para monitorar as autorizações para transporte de carvão e isso teria funcionado.

O trabalho de outorga de água, autorização para irrigantes utilizar áreas, ou indústria, ou consumo, é realizado pela Superintendência de Recursos Hídricos (SRH), conforme explicou Dionísio Gramacho Filho. Ele disse ainda que se trata de uma instituição com 10 anos de existência, com 11 regionais. Afirmou que a maioria dos processos de irrigação no Cerrado se deram de forma semelhante a ocupação, desordenadamente. A SRH está administrada em convênio com a Agência Nacional de Águas (ANA).

Troca de experiências e ações conjuntas

As trocas de experiências tiveram início com a apresentação do filme: Semana do folclore do Cerrado; Em seguida foi a vez das organizações: EFACOR, Escola Familiar Agrícola de Correntina, Educação Rural; Cooperativa Grande Sertão; Articulação agro-extrativista PACARI; Motirô e Vida Verde de Cocos.

A conclusão é que as experiências apresentadas acontecem de forma desarticulada entre si e que por isso é necessária propostas comuns:

- Articulação da rede Cerrado;
- Informar e divulgar sobre a Lei em defesa do cerrado. Tem um abaixo assinado propondo essa lei;
- Divulgação dos resultados do seminário e Carta de Correntina, 29ª Romaria da Lapa em 14 a 16 de julho, e Romaria de Janaúba em 18 de agosto;
- Educação na EFA: criar estratégia de auto-sustentabilidade;
- Ampliar debate para inclusão do tema Cerrado na grade curricular das escolas públicas;
- Ações conjuntas contra o trabalho escravo: Motirô e Comissão estadual;
- Terras públicas: aprofundar o debate durante o Seminário em Salvador, de 18 a 20 de maio.

CARTA DE CORRENTINA

Em defesa do Cerrado

Nos dias 12 e 13 de maio de 2006, aconteceu o III Seminário do Cerrado em Correntina-BA. Estivemos reunidos representantes de 13 municípios e 32 entidades dos Estados da Bahia, de Minas Gerais e do Distrito Federal. Os temas discutidos foram a ecologia do Cerrado, a expansão do agronegócio, o agro-extrativismo e a atuação do poder público na ocupação e defesa do Cerrado do Oeste Baiano.

Momento relevante foi o intercâmbio de experiências das organizações presentes, vindas de várias regiões do Bioma Cerrado: EFACOR (Escola Família Agrícola de Correntina/BA), Cooperativa Grande Sertão do Norte de Minas, Rede Cerrado, MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) e CAA (Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas), Campanha contra o Trabalho Escravo na Bahia, AAVV e Motirô. Como Davi contra Golias, estas iniciativas tentam construir um modelo alternativo de convivência com o Cerrado. As decisões do seminário foram no sentido de reforçar e multiplicar estas experiências.

Repudiamos o modelo de ocupação devastadora do Cerrado feita pelo agronegócio, com suas mais perversas formas de degradação da natureza e da pessoa humana, através do desmatamento, o trabalho escravo, o extermínio de espécies animais e vegetais, os projetos de barragens, os pivôs centrais instalados (e ainda previstos), a contaminação do ar, da água e do solo. Repudiamos a grilagem velada praticada por prepostos de empresas nacionais e multinacionais, fomentada e mesmo financiada por setores oficiais.

Constatamos que os órgãos públicos, quando atuam,

chegam atrasados, os crimes ambientais já cometidos. E ainda são débeis na punição. Exigimos que o Estado cumpra o seu papel de defesa dos direitos fundamentais da pessoa humana, no tocante ao trabalho, à terra, à liberdade, à integridade física, moral e social. Cabe também ao Estado intermediar de forma a assegurar a existência das mais diversas formas de vida presentes e futuras, considerando não somente o momento atual, o mercado, a balança comercial, mas também as formas de produção econômica e sócio-cultural das comunidades tradicionais do Cerrado. É urgente criar e implementar leis específicas para o Bioma Cerrado, colocando-o na condição de Patrimônio Natural.

Um caso raro e exemplar foi a exoneração e prisão da ex-gerente executiva do IBAMA Barreiras – BA, Srª Edna Piau, por crimes e ilegalidades aí cometidos contra o meio-ambiente. Parabenizamos a Justiça, contando que ela mantenha a punição e rechace qualquer atitude que tente reverter a punição.

Assumimos a luta na defesa dos povos do Cerrado, os agro-extrativistas, seu modo de ser, viver e produzir em harmonia com a natureza.

Assumimos a luta na defesa dos atingidos e ameaçados por Barragens.

Assumimos a luta pela reforma agrária verdadeira e a regularização das terras públicas em favor das comunidades do Cerrado.

Assumimos a luta na certeza de um Cerrado vivo, produtivo, viável e ecologicamente equilibrado.

Correntina/ BA, 13 de Maio de 2006.

Assinam as entidades abaixo relacionadas:

CPT – Comissão Pastoral da Terra (Bahia e Sergipe, Bom Jesus da Lapa, Barra, São Francisco e Norte de Minas); CAA – Centro de Agricultura Alternativa do norte de Minas; MST (movimento dos sem terra) do Norte de Minas; MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens; Agência 10envolvimento; STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais (Baianópolis, São Desidério, Cocos Correntina e Canápolis); Paróquias de Canápolis e Correntina; FETRAF-BA; PJMP – Pastoral da Juventude do Meio Popular; Pastoral da Juventude; Comunidade de Jacaré – Cocos; Comunidades de Brejo Verde e Cerco - Correntina, Comunidades de Imbaúba e Baixão dos Baratas – Canápolis; Associações de Moradores da Vaca Morta e da Baixa da Casca de Canápolis; Associação Comunitária de Defesa do Meio Ambiente - Correntina; Associação dos Lavradores da Passagem Funda a Jatobá - Correntina; Rádio Carícia FM; EFACOR – Escola Família Agrícola de Correntina; Congregação da Filhas de Fátima; Associação Gado Bravo – Correntina; Repórter Fotográfico do Brasil de Fato; AAVV – Associação Ambientalista Vida Verde de Cocos; Secretaria de Agricultura de Canápolis; ONG Motirô.